

**EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DO _____ JUIZADO ESPECIAL
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO _____**

NOME:	
NATURALIDADE:	NACIONALIDADE:
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:
IDENTIDADE:	PIS/PASEP:
CPF/CNPJ:	TEL e CEL:
ENDEREÇO:	CEP:

RÉUS: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) e INSS

**ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE
ADICIONAL DE FÉRIAS PAGO A CELETISTA**

O(a) autor(a) é Guarda Municipal e pertencia aos quadros da extinta **EMPRESA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA S/A**. Seu contrato de trabalho à época era **regido pela CLT** e os descontos previdenciários feitos em favor do **INSS**.

Em janeiro de 2010, a referida empresa foi extinta, tendo sido criada em seu lugar a **GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, autarquia municipal**. Desde então, passou a ser **servidor público estatutário**, e os descontos previdenciários passaram a ser feitos em favor da **PREVI-RIO**, autarquia municipal que cuida da previdência dos respectivos servidores.

O STF já excluiu da base de cálculo da contribuição previdenciária dos servidores públicos verbas que não integrarão seus proventos de aposentadoria, em atenção ao princípio da retributividade.

A Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região editou a Súmula nº 4, com o seguinte teor:

*“A contribuição previdenciária dos **servidores públicos estatutários** não incide sobre o adicional de um terço de férias”.
(Publicado no Diário da Justiça de 02 de outubro de 2008, p. 15)*

Em atenção ao princípio da isonomia, o mesmo raciocínio deve ser estendido aos trabalhadores vinculados ao regime celetista.

A parte autora, enquanto pertenceu aos quadros da EMV S/A, sofreu descontos sobre o adicional de férias (terço constitucional), repassados **ao INSS**,

conforme documentos em anexo. Entende que, como tais valores não integrarão seus proventos, por ocasião de sua aposentadoria, não poderiam ter sofrido incidência da contribuição previdenciária, de modo que devem lhes ser devolvidos.

DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer a V. Excelência:

a) A citação do réu, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de confissão e revelia;

b) A concessão da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, nos termos da Lei 1.060/50 e alterações posteriores, por se tratar de pessoa hipossuficiente, que não possui, portanto, condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

c) A procedência do pedido, reconhecendo a não incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos até dezembro de 2009 pela parte autora a título de 1/3 de férias, com devolução dos valores já recolhidos, corrigidos monetariamente.

Protesta pela produção de todos os meios de prova existentes em Direito, especialmente a documental.

Dá à causa o valor de R\$ _____
(_____),

e renuncia a qualquer quantia acima de 60 (sessenta) salários mínimos.

ATENÇÃO – O valor acima foi atribuído à causa apenas para fins de enquadramento na competência dos Juizados Especiais Federais. Não é, necessariamente, o valor que será recebido pelo autor em caso de vitória na ação.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____.
